

Economia Brasileira - FEA-USP

Aula 12 - O governo Dilma

Renato Perim Colistete

2025

Objetivos

Esta aula reconstitui as principais políticas macroeconômicas do primeiro governo de Dilma Rousseff, entre 2011 e 2014.

O foco é a política macroeconômica e seus resultados, em particular a mudança mais explícita da orientação quanto ao regime de metas de inflação, a política fiscal e ao câmbio ocorrida no período.

Outros temas - política social, distribuição de renda e desempenho da indústria - serão vistos nas próximas aulas.

Novo governo

Ao contrário das transições políticas anteriores marcadas por instabilidade e incerteza, a passagem do governo Lula para o governo Dilma ocorreu sem maiores sobressaltos - por exemplo, em indicadores relacionados ao setor externo e aos juros.

Novo governo

Ao contrário das transições políticas anteriores marcadas por instabilidade e incerteza, a passagem do governo Lula para o governo Dilma ocorreu sem maiores sobressaltos - por exemplo, em indicadores relacionados ao setor externo e aos juros.

A transição ocorreu no contexto dos bons resultados macroeconômicos dos anos anteriores e da rápida recuperação da crise de 2008/2009.

Novo governo

Ao contrário das transições políticas anteriores marcadas por instabilidade e incerteza, a passagem do governo Lula para o governo Dilma ocorreu sem maiores sobressaltos - por exemplo, em indicadores relacionados ao setor externo e aos juros.

A transição ocorreu no contexto dos bons resultados macroeconômicos dos anos anteriores e da rápida recuperação da crise de 2008/2009.

Paralelamente, os resultados do balanço de pagamentos mantiveram-se favoráveis na transição, de forma inédita em relação às décadas anteriores (embora os indicadores externos tenham começado a se deteriorar logo em seguida, como veremos adiante).

Ver nas figuras a seguir os dados pós-2010 para o setor externo, já apresentados na aula anterior: termos de troca e reservas. Alguma mudança perceptível?

In [39]: termos

Out[39]:

In [50]: `reservas_div`

Out[50]:

In [56]: `reservas_imp`

Out[56]:

Orientação

A equipe econômica do novo governo (Guido Mantega, Fazenda; Alexandre Tombini, Banco Central) buscou consolidar uma nova orientação da política macroeconômica, já iniciada no 2o governo Lula. Elementos:

Orientação

A equipe econômica do novo governo (Guido Mantega, Fazenda; Alexandre Tombini, Banco Central) buscou consolidar uma nova orientação da política macroeconômica, já iniciada no 2o governo Lula. Elementos:

- tolerância com a meta de inflação - informalmente visando o limite superior da banda, em vez do centro da meta;

Orientação

A equipe econômica do novo governo (Guido Mantega, Fazenda; Alexandre Tombini, Banco Central) buscou consolidar uma nova orientação da política macroeconômica, já iniciada no 2o governo Lula. Elementos:

- tolerância com a meta de inflação - informalmente visando o limite superior da banda, em vez do centro da meta;
- redução da taxa de juros básica - Selic;

Mais elementos

- limites ao câmbio flutuante via intervenção mais sistemática do Bacen no mercado de câmbio;

Mais elementos

- limites ao câmbio flutuante via intervenção mais sistemática do Bacen no mercado de câmbio;
- menor superávit primário;

Mais elementos

- limites ao câmbio flutuante via intervenção mais sistemática do Bacen no mercado de câmbio;
- menor superávit primário;
- elevação do investimento público via BNDES e estatais (Petrobrás e Eletrobrás).

Mais elementos

- limites ao câmbio flutuante via intervenção mais sistemática do Bacen no mercado de câmbio;
- menor superávit primário;
- elevação do investimento público via BNDES e estatais (Petrobrás e Eletrobrás).

Vejamos esses pontos a seguir (o desempenho do investimento público será tratado na próxima aula).

Nova matriz econômica

Esse conjunto de medidas - e outras complementares - foi batizado de "Nova Matriz Econômica" por membros da equipe econômica, mas o conceito permaneceu relativamente ambíguo.

Nova matriz econômica

Esse conjunto de medidas - e outras complementares - foi batizado de "Nova Matriz Econômica" por membros da equipe econômica, mas o conceito permaneceu relativamente ambíguo.

A referência mais conhecida é o artigo de Guido Mantega, "O primeiro ano da Nova Matriz Econômica", no Valor Econômico, 19/12/2012 (além dele, ver o texto de Barbosa e Souza, 2010 na bibliografia da disciplina).

Nova matriz econômica

Esse conjunto de medidas - e outras complementares - foi batizado de "Nova Matriz Econômica" por membros da equipe econômica, mas o conceito permaneceu relativamente ambíguo.

A referência mais conhecida é o artigo de Guido Mantega, "O primeiro ano da Nova Matriz Econômica", no Valor Econômico, 19/12/2012 (além dele, ver o texto de Barbosa e Souza, 2010 na bibliografia da disciplina).

O objetivo anunciado foi reconfigurar os instrumentos e objetivos da política econômica a fim de que superassem as restrições estabelecidas pelo modelo macroeconômico vigente ("tripé econômico"), definindo maior espaço para um papel indutor do Estado no crescimento econômico.

Tripé econômico: regime de metas de inflação, superávit fiscal primário e câmbio flutuante.

Notar, contudo, que *não* houve abandono formal de nenhum dos objetivos do chamado tripé (superávit fiscal, meta de inflação, câmbio flutuante), o que torna a análise do período mais difícil.

Metas de inflação

Durante todo o período do novo governo, a **meta de inflação** foi mantida em 4,5%, com bandas de 2% (isto é, bandas inferior e superior de 2,5% e 6,5% a.a.). Mas o empenho em alcançar a meta variou ao longo do tempo (ver a tabela a seguir).

Metas de inflação

Durante todo o período do novo governo, a **meta de inflação** foi mantida em 4,5%, com bandas de 2% (isto é, bandas inferior e superior de 2,5% e 6,5% a.a.). Mas o empenho em alcançar a meta variou ao longo do tempo (ver a tabela a seguir).

Nos primeiros meses de 2011, o Banco Central seguiu uma política monetária apertada, buscando corrigir a flexibilização monetária e do crédito do ano anterior, dominado pela disputa eleitoral.

Metas de inflação

Durante todo o período do novo governo, a **meta de inflação** foi mantida em 4,5%, com bandas de 2% (isto é, bandas inferior e superior de 2,5% e 6,5% a.a.). Mas o empenho em alcançar a meta variou ao longo do tempo (ver a tabela a seguir).

Nos primeiros meses de 2011, o Banco Central seguiu uma política monetária apertada, buscando corrigir a flexibilização monetária e do crédito do ano anterior, dominado pela disputa eleitoral.

Uma mudança importante ocorreu *após 6 meses* do início do governo Dilma, em agosto de 2011, quando o Copom anunciou a *redução* da taxa Selic de 12,5% para 12% a.a. (depois de aumentá-la nas reuniões anteriores).

Metas e inflação observada

Histórico de Metas para a Inflação no Brasil						
Ano	Norma	Data	Meta (%)	Banda (p.p.)	Limites Inferior e Superior (%)	Inflação Efetiva (IPCA % a.a.)
1999			8	2	6-10	8,94
2000	Resolução 2.615	30/6/1999	6	2	4-8	5,97
2001			4	2	2-6	7,67
2002	Resolução 2.744	28/6/2000	3,5	2	1,5-5,5	12,53
2003 ^{1/}	Resolução 2.842	28/6/2001	3,25	2	1,25-5,25	
	Resolução 2.972	27/6/2002	4	2,5	1,5-6,5	9,30
2004 ^{1/}	Resolução 2.972	27/6/2002	3,75	2,5	1,25-6,25	
	Resolução 3.108	25/6/2003	5,5	2,5	3-8	7,60
2005	Resolução 3.108	25/6/2003	4,5	2,5	2-7	5,69
2006	Resolução 3.210	30/6/2004	4,5	2	2,5-6,5	3,14
2007	Resolução 3.291	23/6/2005	4,5	2	2,5-6,5	4,46
2008	Resolução 3.378	29/6/2006	4,5	2	2,5-6,5	5,90
2009	Resolução 3.463	26/6/2007	4,5	2	2,5-6,5	4,31
2010	Resolução 3.584	1/7/2008	4,5	2	2,5-6,5	5,91
2011	Resolução 3.748	30/6/2009	4,5	2	2,5-6,5	6,50
2012	Resolução 3.880	22/6/2010	4,5	2	2,5-6,5	5,84
2013	Resolução 3.991	30/6/2011	4,5	2	2,5-6,5	
2014	Resolução 4.095	28/6/2012	4,5	2	2,5-6,5	

^{1/} A Carta Aberta, de 21/12/2003, estabeleceu metas ajustadas de 8,5% para 2003 e de 5,5% para 2004.

Recepção

A decisão de reduzir a taxa Selic surpreendeu, uma vez que ocorreu em um momento em que a inflação projetada apresentava tendência de alta.

Recepção

A decisão de reduzir a taxa Selic surpreendeu, uma vez que ocorreu em um momento em que a inflação projetada apresentava tendência de alta.

O diagnóstico do Copom foi que o baixo crescimento (PIB em 2011 = 4,0%) e os sinais de uma nova recessão internacional justificariam uma ação preventiva e a reversão da taxa Selic, a fim de evitar efeitos negativos na economia doméstica.

Recepção

A decisão de reduzir a taxa Selic surpreendeu, uma vez que ocorreu em um momento em que a inflação projetada apresentava tendência de alta.

O diagnóstico do Copom foi que o baixo crescimento (PIB em 2011 = 4,0%) e os sinais de uma nova recessão internacional justificariam uma ação preventiva e a reversão da taxa Selic, a fim de evitar efeitos negativos na economia doméstica.

Por outro lado, a opinião dominante foi que o Bacen sinalizou uma política monetária mais tolerante com a inflação, que visava mais a banda superior do que o centro da meta. Banda superior: 6,5%, inflação observada em 2011: 6,5%.

Inflação e Selic

Ainda assim, a inflação foi um pouco menor em 2012 (5,8%) e 2013 (5,9%), mas manteve-se distante da meta de 4,5% e retomou a tendência de alta.

Inflação e Selic

Ainda assim, a inflação foi um pouco menor em 2012 (5,8%) e 2013 (5,9%), mas manteve-se distante da meta de 4,5% e retomou a tendência de alta.

Já em 2013, a subida dos preços levou a uma nova mudança do Copom, com elevação da taxa Selic a partir de abril de 2013. Apesar da guinada, e em um contexto de eleição presidencial, a inflação atingiu 6,4% em 2014 (comparar com 2006 = 3,1%).

Inflação e Selic

Ainda assim, a inflação foi um pouco menor em 2012 (5,8%) e 2013 (5,9%), mas manteve-se distante da meta de 4,5% e retomou a tendência de alta.

Já em 2013, a subida dos preços levou a uma nova mudança do Copom, com elevação da taxa Selic a partir de abril de 2013. Apesar da guinada, e em um contexto de eleição presidencial, a inflação atingiu 6,4% em 2014 (comparar com 2006 = 3,1%).

Em 2014, medidas paralelas (isto é, fora do âmbito da política monetária ou fiscal) para contenção dos preços passaram a ser generalizadas: adiamento de reajustes de tarifas e preços públicos (por exemplo, combustível e energia elétrica; mais detalhes adiante).

De uma maneira ou de outra, os resultados da inflação tornaram-se mais críticos no ano seguinte, em 2015, com o IPCA chegando a 10,7% (diante da meta de 4,5% a.a., banda de 2%; ver [aqui](#)), a despeito do adiamento de reajustes e de outros artifícios adotados.

De uma maneira ou de outra, os resultados da inflação tornaram-se mais críticos no ano seguinte, em 2015, com o IPCA chegando a 10,7% (diante da meta de 4,5% a.a., banda de 2%; ver [aqui](#)), a despeito do adiamento de reajustes e de outros artifícios adotados.

Ver as figuras com o IPCA e a taxa Selic a seguir.

In [154]: `ipca`

Out[154]:

In [76]: `selic`

Out[76]:

Câmbio

A **política cambial**, por sua vez, buscou conter a apreciação do Real e induzir sua depreciação em relação ao dólar. Exemplos:

Câmbio

A **política cambial**, por sua vez, buscou conter a apreciação do Real e induzir sua depreciação em relação ao dólar. Exemplos:

- introdução do IOF sobre derivativos cambiais e variação de prazos e alíquotas sobre outras aplicações para desestimular a abundante entrada de capital de curto prazo;

Câmbio

A **política cambial**, por sua vez, buscou conter a apreciação do Real e induzir sua depreciação em relação ao dólar. Exemplos:

- introdução do IOF sobre derivativos cambiais e variação de prazos e alíquotas sobre outras aplicações para desestimular a abundante entrada de capital de curto prazo;
- operações de compra de dólar com o objetivo de forçar a depreciação do Real.

Mudanças

Essa política também variou ao longo do período - por exemplo com o Banco Central voltando às operações de venda de dólar em meados de 2013.

Mudanças

Essa política também variou ao longo do período - por exemplo com o Banco Central voltando às operações de venda de dólar em meados de 2013.

Além disso, lembrar:

Mudanças

Essa política também variou ao longo do período - por exemplo com o Banco Central voltando às operações de venda de dólar em meados de 2013.

Além disso, lembrar:

a política de redução da taxa Selic contribuía igualmente para reduzir a atração dos títulos brasileiros, diminuir a entrada de dólares e conter a valorização ou induzir a desvalorização do Real.

Política fiscal

Com relação ao **setor público**, o quadro é mais complexo. Manteve-se o compromisso formal com o superávit primário, mas a tendência foi de aceitar ou buscar a diminuição do resultado primário no período.

Política fiscal

Com relação ao **setor público**, o quadro é mais complexo. Manteve-se o compromisso formal com o superávit primário, mas a tendência foi de aceitar ou buscar a diminuição do resultado primário no período.

O período aprofundou tendências e políticas iniciadas já no 2o governo Lula.

Política fiscal

Com relação ao **setor público**, o quadro é mais complexo. Manteve-se o compromisso formal com o superávit primário, mas a tendência foi de aceitar ou buscar a diminuição do resultado primário no período.

O período aprofundou tendências e políticas iniciadas já no 2o governo Lula.

Essas políticas incluíam a atuação mais incisiva das empresas estatais e a ampliação de renúncias fiscais (subsídios e desonerações), combinadas com artifícios contábeis.

Outra tendência foi a continuidade do crescimento das despesas primárias, mas agora *acompanhada por queda da receita líquida* do governo central (receita total menos transferências), conf. a figura a seguir.

Outra tendência foi a continuidade do crescimento das despesas primárias, mas agora *acompanhada por queda da receita líquida* do governo central (receita total menos transferências), conf. a figura a seguir.

Observar que, em 2011, a queda da receita líquida foi acompanhada pela *redução* da despesa primária. A partir de 2012, porém, a tendência se inverte, isto é, a receita líquida continuou caindo mas com aumento da despesa primária.

In [82]: `receita`

Out[82]:

Resultado primário do governo central

Como resultado, o superávit primário declinou nos dois anos seguintes, com déficits daí em diante, após um resultado positivo substancial em 2011.

Resultado primário do governo central

Como resultado, o superávit primário declinou nos dois anos seguintes, com déficits daí em diante, após um resultado positivo substancial em 2011.

Ver o gráfico a seguir com o resultado primário do período.

In [106]: `prim`

Out[106]:

Superávit estrutural e impulso fiscal

Um conceito relevante para analisar esses resultados é o de superávit estrutural.

Superávit estrutural e impulso fiscal

Um conceito relevante para analisar esses resultados é o de superávit estrutural.

O resultado estrutural desconta tanto receitas e despesas decorrentes do ciclo econômico quanto receitas e despesas extraordinárias.

Superávit estrutural e impulso fiscal

Um conceito relevante para analisar esses resultados é o de superávit estrutural.

O resultado estrutural desconta tanto receitas e despesas decorrentes do ciclo econômico quanto receitas e despesas extraordinárias.

Esse conceito é usado para analisar o esforço fiscal efetivo do setor público e avaliar se a política fiscal é contracionista, neutra ou expansionista.

Impulso fiscal

Outro conceito relacionado ao resultado estrutural é o de impulso fiscal.

Impulso fiscal

Outro conceito relacionado ao resultado estrutural é o de impulso fiscal.

O impulso fiscal é definido pela diferença entre o resultado estrutural de um ano em relação ao do ano anterior.

Impulso fiscal

Outro conceito relacionado ao resultado estrutural é o de impulso fiscal.

O impulso fiscal é definido pela diferença entre o resultado estrutural de um ano em relação ao do ano anterior.

O resultado líquido do impulso fiscal é expresso com *valor positivo = expansão; valor negativo = contração*.

As figuras a seguir apresentam o resultado estrutural (superávit ou déficit) e o impulso fiscal (positivo ou negativo) do governo geral (isto é, todas as esferas de governo da federação).

In [156]: `estrutural`

Out[156]:

In [168]: `impulso`

Out[168]:

Desempenho

Em resumo, as figuras mostram o declínio acentuado do superávit primário no período (exceto em 2011), culminando com déficit primário em 2014, com o resultado efetivo menor do que o estrutural.

Desempenho

Em resumo, as figuras mostram o declínio acentuado do superávit primário no período (exceto em 2011), culminando com déficit primário em 2014, com o resultado efetivo menor do que o estrutural.

O ano de 2011 exibiu um expressivo esforço fiscal do governo geral como um todo e uma redução do impulso fiscal (contração de -1,2% em relação PIB).

Desempenho

Em resumo, as figuras mostram o declínio acentuado do superávit primário no período (exceto em 2011), culminando com déficit primário em 2014, com o resultado efetivo menor do que o estrutural.

O ano de 2011 exibiu um expressivo esforço fiscal do governo geral como um todo e uma redução do impulso fiscal (contração de -1,2% em relação PIB).

Os anos seguintes foram de crescente expansão fiscal, chegando a 1,4% do PIB em 2014 e déficit primário efetivo de -0,5% e déficit estrutural de 1,5% do PIB - com tendência de crescimento.

Receitas e desonerações

No plano fiscal, uma das políticas perseguidas pelo governo Dilma, iniciada já no governo anterior, foi a de expandir as renúncias fiscais (tributárias, previdenciárias e creditícias) para empresas do setor produtivo.

Receitas e desonerações

No plano fiscal, uma das políticas perseguidas pelo governo Dilma, iniciada já no governo anterior, foi a de expandir as renúncias fiscais (tributárias, previdenciárias e creditícias) para empresas do setor produtivo.

O efeito *esperado* era que o alívio da carga tributária induzisse as empresas a aumentar investimentos, resultando em maior crescimento econômico e maior arrecadação com o aumento de produção e vendas.

Receitas e desonerações

No plano fiscal, uma das políticas perseguidas pelo governo Dilma, iniciada já no governo anterior, foi a de expandir as renúncias fiscais (tributárias, previdenciárias e creditícias) para empresas do setor produtivo.

O efeito *esperado* era que o alívio da carga tributária induzisse as empresas a aumentar investimentos, resultando em maior crescimento econômico e maior arrecadação com o aumento de produção e vendas.

O resultado observado, porém, foi a redução ainda maior da arrecadação, sem resposta do investimento privado e a persistência do baixo crescimento econômico.

Uma síntese dessa orientação da política fiscal:

Uma síntese dessa orientação da política fiscal:

2011 e 2014: Carga tributária federal = 22,8% e 22,1% do PIB; Renúncias tributárias e previdenciárias = 3,5% e 4,6% do PIB, respectivamente.

Renúncias fiscais

Em 2014, o conjunto dos benefícios tributários, previdenciários e creditícios ultrapassou o *total das despesas* com educação, saúde e assistência social do governo federal.

Renúncias fiscais

Em 2014, o conjunto dos benefícios tributários, previdenciários e creditícios ultrapassou o *total das despesas* com educação, saúde e assistência social do governo federal.

Globalmente, as desonerações concentraram-se nas áreas mais desenvolvidas do país.

Renúncias fiscais

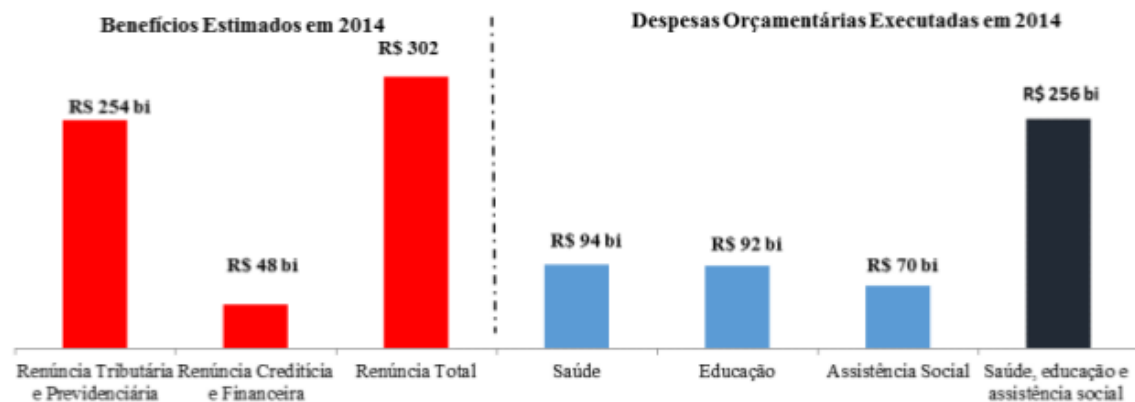
Em 2014, o conjunto dos benefícios tributários, previdenciários e creditícios ultrapassou o *total das despesas* com educação, saúde e assistência social do governo federal.

Globalmente, as desonerações concentraram-se nas áreas mais desenvolvidas do país.

A região nordeste recebeu o menor valor de renúncia fiscal per capita. A região norte, por sua vez, foi beneficiada sobretudo pelos subsídios às empresas da Zona Franca de Manaus. Ver a seguir:

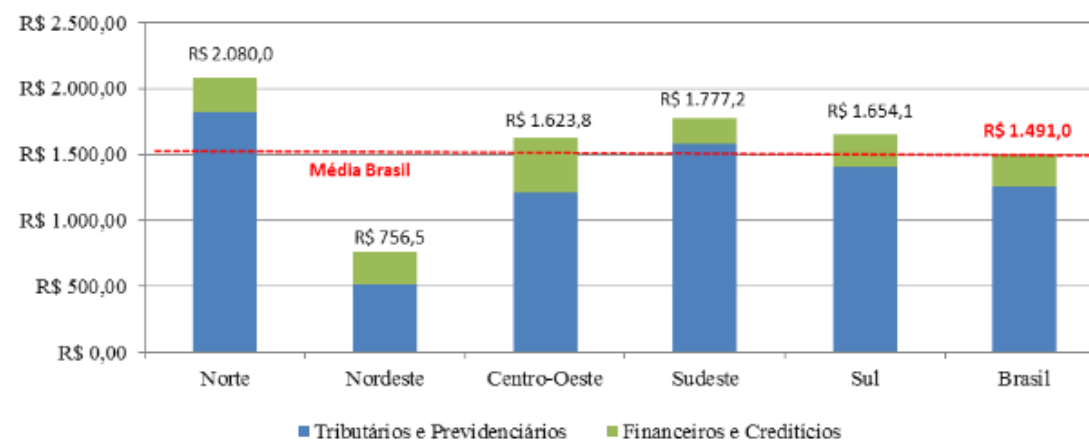
Comparativo das renúncias de receitas com a despesa liquidada por funções – 2014

R\$ bilhões



Fontes: Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE), Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e Siafi.

Comparativo das renúncias *per capita* – regionalização – 2014



Fontes: Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Quadro fiscal e alternativas

Em resumo, a situação fiscal envolvia: a) queda da receita líquida da União; b) política de aumento de desonerações; c) política de aumento das despesas públicas;

Quadro fiscal e alternativas

Em resumo, a situação fiscal envolvia: a) queda da receita líquida da União; b) política de aumento de desonerações; c) política de aumento das despesas públicas;

d) manutenção de metas de superávit primário, ainda que reduzidas; d) e o crescimento histórico das despesas obrigatórias (previdência, por exemplo) visto em aulas anteriores.

Quadro fiscal e alternativas

Em resumo, a situação fiscal envolvia: a) queda da receita líquida da União; b) política de aumento de desonerações; c) política de aumento das despesas públicas;

d) manutenção de metas de superávit primário, ainda que reduzidas; d) e o crescimento histórico das despesas obrigatórias (previdência, por exemplo) visto em aulas anteriores.

Diante desse quadro, a opção do governo foi reforçar a criação de receitas atípicas e a realização de operações contábeis variadas como tentativa de acomodar os gastos crescentes à receita líquida declinante.

Ver exemplos a seguir, primeiro com uma conta corriqueira: Restos a pagar.

Restos a pagar

As operações visando acomodar a queda nas receitas líquidas, no superávit primário e o aumento das despesas incluíram um conjunto variado de artifícios contábeis.

Restos a pagar

As operações visando acomodar a queda nas receitas líquidas, no superávit primário e o aumento das despesas incluíram um conjunto variado de artifícios contábeis.

Um deles foi ampliar o adiamento do pagamento de despesas já liquidadas ou ainda em liquidação para o ano orçamentário seguinte.

Restos a pagar

As operações visando acomodar a queda nas receitas líquidas, no superávit primário e o aumento das despesas incluíram um conjunto variado de artifícios contábeis.

Um deles foi ampliar o adiamento do pagamento de despesas já liquidadas ou ainda em liquidação para o ano orçamentário seguinte.

Essa operação reduzia os gastos efetivamente realizados no ano de origem e diminuía o efeito negativo sobre o superávit primário.

Essa prática contábil, considerada normal quando mantida como resíduo da execução orçamentária, foi ampliada desde o final dos anos 2000 e tornou-se política recorrente daí em diante. Ver gráfico.

In [170]: restos

Out[170]:

Preços

Do lado dos preços, buscou-se contornar a alta da inflação por meio de controle direto de tarifas e preços públicos administrados, como notado antes.

Preços

Do lado dos preços, buscou-se contornar a alta da inflação por meio de controle direto de tarifas e preços públicos administrados, como notado antes.

A intervenção nos preços foi combinada com desonerações tributárias a fim de evitar o repasse de custos para os preços por parte das empresas privadas (por exemplo, do setor elétrico e transporte).

Preços

Do lado dos preços, buscou-se contornar a alta da inflação por meio de controle direto de tarifas e preços públicos administrados, como notado antes.

A intervenção nos preços foi combinada com desonerações tributárias a fim de evitar o repasse de custos para os preços por parte das empresas privadas (por exemplo, do setor elétrico e transporte).

Além de criar desconfiância e acumular distorções nos preços relativos, a intervenção nos preços e as desonerações tributárias comprometeram as finanças de empresas estatais, como a Petrobrás e as do setor elétrico.

Mais artifícios

Outro exemplo foram as trocas de ativos e recursos envolvendo BNDES, Caixa Econômica Federal e Tesouro, iniciadas pelo menos desde 2009 e aprofundadas no novo governo.

Mais artifícios

Outro exemplo foram as trocas de ativos e recursos envolvendo BNDES, Caixa Econômica Federal e Tesouro, iniciadas pelo menos desde 2009 e aprofundadas no novo governo.

Por exemplo, a venda pelo Tesouro ao BNDES de direitos sobre dividendos da Eletrobrás, recebendo em contrapartida recursos contabilizados como receita extraordinária (2009). Ver mais exemplos no texto do programa.

Mais adiante, as operações contábeis incluíram as chamadas "pedaladas fiscais" - o atraso deliberado pelo Tesouro do repasse de recursos para despesas fiscais intermediadas por bancos (públicos e privados) e autarquias (INSS, por exemplo).

Mais adiante, as operações contábeis incluíram as chamadas "pedaladas fiscais" - o atraso deliberado pelo Tesouro do repasse de recursos para despesas fiscais intermediadas por bancos (públicos e privados) e autarquias (INSS, por exemplo).

O objetivo do Tesouro e do Ministério da Fazenda era melhorar artificialmente a demonstração contábil das receitas públicas federais. A prática foi amplamente divulgada pela imprensa em 2014.

Desempenho

Para concluir, vejamos outros indicadores gerais, além dos já mostrados anteriormente, que resumem o desempenho econômico do período:

Desempenho

Para concluir, vejamos outros indicadores gerais, além dos já mostrados anteriormente, que resumem o desempenho econômico do período:

- a) resultado nominal do governo central; b) evolução do PIB e do produto industrial e
- c) nível do PIB per capita em um período longo, 1996 e 2021.

In [114]: gov

Out[114]:

In [118]: produto

Out[118]:

In [127]: `pib_pc`

Out[127]: